

Concessionária BR 040 S.A.

*Demonstrações Financeiras para o Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2014
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. COMUNICADO AOS ACIONISTAS

A administração da Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhado do relatório de opinião dos auditores independentes.

Este é o primeiro exercício social da Companhia, portanto não estão sendo apresentadas dados comparativos. Todos os valores apresentados estão arredondados na casa dos R\$mil, exceto quando indicado de outra forma.

2. APRESENTAÇÃO

A VIA 040 é a segunda maior concessão rodoviária do país, sendo o principal eixo de ligação entre o Centro-Oeste Brasileiro e a região Sudeste. O trecho sob concessão compreende 936,8 Km (novecentos e trinta e seis quilômetros e oitocentos metros), dos quais 8,4 Km (oito quilômetros e quatrocentos metros) estão inseridos no DF, 157,3 Km (cento e cinquenta e sete quilômetros e trezentos metros) em Goiás e 771,1 Km (setecentos e setenta e um quilômetros e cem metros) em Minas Gerais. Ao longo de sua extensão a rodovia abrange 35 municípios, de Brasília (DF) a Juiz de Fora (MG), sendo estes com forte potencial econômico e turístico, por onde trafegam diversos produtos e serviços com alta representatividade na economia nacional, como minério de ferro, grãos, equipamentos industriais, além de fomentar o turismo das regiões ao seu entorno.

A Companhia está envidando esforços para cumprir suas metas contratuais e assim ter autorização da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (“ANTT”) para iniciar a sua arrecadação por pedágio. A estimativa é que este marco seja cumprido em abril de 2015.

A VIA 040 se estruturou de forma a prestar os melhores serviços aos seus usuários, que contarão, ao longo do prazo da concessão, com 21 (vinte e um) postos de atendimentos aos usuários, 06 (seis) postos de pesagem, 12 (doze) postos da Polícia Rodoviária Federal, mais de 1000 (mil) câmeras de monitoramento, além de diversos veículos operacionais que suportarão a Companhia nesta missão.

A Companhia é subsidiária integral da Investimentos e Participações S.A. (“Invepar”), que foi a empresa vencedora do Leilão da Concessão do trecho supracitado.

As operações da Companhia foram iniciadas em 22 de outubro de 2014, sendo prestado diversos serviços de assistência e suporte aos usuários da rodovia.

A Invepar é um grupo brasileiro fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil. O seu portfólio atual é composto de 12 concessões distribuídas nos seus 3 segmentos de atuação. Em 2014, a Invepar, por meio de suas concessões administrava 1.964 quilômetros. As suas concessões são: Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”), Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“CRT”), Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”), Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), a Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040”) e Línea Amarilla S.A.C. (“Via Parque Rímac” ou “VPR”), em Lima, no Peru, a primeira concessão internacional do grupo.

A Invepar opera, em consórcio formado com a Airports Company South Africa (“ACSA”) e Infraero, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU Airport”), o maior do país, que movimenta cerca de 36 milhões de passageiros. No segmento de mobilidade urbana, está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio”) e a Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”), ambos na cidade do Rio de Janeiro. Comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Invepar é signatária do Pacto Global da ONU desde 2010.

3. CONJUNTURA ECONÔMICA

De acordo com a estimativa do Banco Central do Brasil, em seu relatório de inflação de dezembro de 2014, o Produto Interno Bruto (“PIB”) brasileiro crescerá 0,2% quando comparado a 2013, o que caracteriza um cenário de retração econômica.

A inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) acumulou alta de 6,41% em 2014, acima dos 5,91% do ano anterior, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), contribuindo para o aumento da pressão orçamentária no mercado nacional.

O Comitê de Política Monetária (“COPOM”) elevou, ao longo de 2014, a taxa Selic de 9,9% a.a. para 11,15% a.a. Por sua vez a TJLP, que vinha registrando reduções desde junho de 2012, foi mantida em 5% em 2014, mesmo valor de 2013.

Se observou que o ano de 2014 foi marcado por incertezas e grande volatilidade nos mercados internacionais e domésticos, com impactos negativos sobre os indicadores econômicos internos, marcado por inflação em alta e consequente elevação de juros como ferramenta de política monetária.

A despeito do desempenho geral da economia brasileira, a taxa média de desemprego se manteve em patamar baixo em 2014, encerrando o ano em 4,8%, menor nível histórico também segundo o IBGE. Nesse contexto e apesar da alta da inflação no ano, a renda do trabalhador continuou em ritmo de crescimento real e avançou 2,7% (descontada a inflação) em relação a 2013, contribuindo para que a massa salarial no país crescesse 3,0% em 2014, na mesma base de comparação.

De acordo com a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (“ABCR”), o tráfego nas rodovias brasileiras concedidas à iniciativa privada cresceu 2,4%, com aumento de 4,2% no movimento de veículos leves e queda de 2,6% no fluxo de veículos pesados.

O fluxo de veículos leves, influenciado pelas baixas taxas de desemprego e pela expansão do rendimento médio real, manteve o índice positivo em 2014. Por outro lado a produção industrial manteve tendência de queda ao longo de todo ano, impactada em grande parte pelo desempenho do setor automotivo, o que resultou numa queda no movimento dos veículos pesados. Além disso, a Copa do Mundo - entre os meses de junho e julho - gerou reflexos na atividade econômica, com influência negativa sobre o movimento de veículos pesados.

4. DESTAQUES DO ANO

Visando proporcionar maior nível de segurança e conforto aos usuários da VIA 040, a Companhia iniciou em julho de 2014 as frentes de trabalho de duplicação da rodovia, que estão atuando ao longo de 66 Km nos estados de Goiás e Minas Gerais.

Outra iniciativa presente nos estados de Minas Gerais e Goiás, as frentes de recuperação e manutenção tiveram início em 3 de julho de 2014. As intervenções envolvem recuperação do pavimento e sinalização, além de instalação de defensas metálicas e barreiras rígidas de concreto nas laterais da pista, dispositivos que aumentarão a segurança dos usuários. Foram instalados 36.298 metros de defensas metálicas até 31 de dezembro de 2014.

Com relação à sinalização, iniciamos a revitalização e trocas das placas de sinalização da rodovia, facilitando para o motorista enxergar alertas como velocidade máxima permitida e pontos com curvas acentuadas. Além disso, a pintura das faixas no asfalto está sendo completamente refeita, melhoria que trará maior tranquilidade e confiabilidade para o usuário. Até 31 de dezembro de 2014 a VIA 040 havia feito 552 quilômetros de faixa horizontal ao longo do trecho sob concessão.

Estão em andamento também trabalhos de conservação em todo o trecho concedido. Os trabalhos de conservação já resultaram no recolhimento de um volume de resíduos equivalente a 1818 caminhões (entulho, pneus, massa verde, etc.); desobstrução de 882 quilômetros de sistemas de drenagem; roçada de vegetação em 939 quilômetros de margens da rodovia; limpeza de 939 quilômetros de faixa de domínio; e caiação de 590 quilômetros de guarda-corpos, guarda-rodas e passeios, dentre outras estruturas.

Das 204 obras de artes especiais presentes no trecho sob concessão, 92% já foram recuperadas. A previsão é de que o trabalho seja concluído no final de janeiro de 2015. As intervenções englobam a recomposição das juntas de dilatação e dos guarda-corpos, melhorias da sinalização horizontal e vertical, reconstrução da calçada, pintura e limpeza da construção, além de recapeamento.

A VIA 040 iniciou a construção das 11 praças de pedágio previstas ao longo do trecho sob concessão e estas obras tem prazo de conclusão em abril de 2015.

Para prover os serviços na melhor qualidade, a VIA 040 adquiriu 183 novos veículos, incluindo 07 Ambulância Tipo C (UTI), 07 Guinchos Pesados e 02 Guinchos Superpesados, que garantem a eficiência no atendimento e agilidade nas operações da rodovia.

O início da Operação da rodovia ocorreu em 22 de outubro de 2014, conforme previsão contratual. O usuário da BR-040 já conta com uma série de serviços, tais como socorro mecânico, com a utilização de guinchos leves e pesados, serviços de atendimento médico de emergência, sistema de combate a incêndios e apreensão de animais, presença constante de inspetores de tráfego na rodovia, além de poder esclarecer dúvidas, enviar sugestões e críticas por meio de canais de comunicação como o atendimento telefônico com ligação gratuita, site e Ouvidoria. O Serviço de Atendimento ao Usuário ("SAU") oferece acolhimento em 21 bases instaladas ao longo do trecho sob concessão.

Destacamos também a implantação em tempo recorde do Sistema Integrado de Gestão, SAP. Desde julho de 2014 a Companhia vem operando o sistema, reforçando assim o compromisso de elevado nível de gestão pretendido.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO EM 2014

Receita Operacional (R\$ Mil)	2014
Receita Bruta	512.431
Receita de Construção (IFRS)	512.431
Receita Bruta Ajustada(a)	-
Deduções da Receita Bruta	-
Receita Líquida Ajustada(a)	-

(a) Desconsidera os impactos do IFRS em relação à receita de construção

No exercício de 2014, a VIA 040 obteve uma receita bruta de R\$512,4 milhões. Esta receita bruta é integralmente relacionada à Receita de Construção, advinda das Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”).

Custos e Despesas (R\$ Mil)	2014
Custos e Despesas Operacionais	(561.850)
Pessoal e encargos	(16.936)
Conservação e manutenção	(932)
Seguros e garantias	(2.693)
Serviços de terceiros	(711)
Veículos	(1.867)
Consultoria e assessoria	(5.676)
Aluguéis e impostos	(11.814)
Depreciação e amortização	(1.224)
Custo de construção (IFRS)	(507.357)
Outros	(12.640)
Custos e Despesas Operacionais Ajustado (a)	(54.493)

(a) Desconsidera os impactos do IFRS em relação à receita de construção

No ano de 2014, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$561,8 milhões. Incluído neste valor estão R\$507,3 milhões de Custo de Construção, relacionado ao IFRS.

Para efeitos de análise, os Custos e Despesas Operacionais Ajustado não contempla este valor.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustado somaram R\$54,4 milhões no período, advindos do processo de operação e administração da concessionária, reflexos do início das atividades da Companhia em 2014 e também do início da operação em 22 de outubro de 2014.

EBTIDA E MARGEM EBTIDA (R\$ Mil)	2014
Receita Bruta	512.431
Receita Líquida	512.431
Custos Operacionais	(507.357)
Lucro Bruto	5.074
Despesas Gerais e Administrativas	(54.493)
EBIT	(49.419)
(+) Depreciação e Amortização	1.224
EBITIDA(a)	(48.195)
Margem EBTIDA (a)	-9,4%
Ajustes	(5.074)
(-) Receita de Construção (IFRS)	(512.431)
(+) Custo de Construção (IFRS)	507.357
EBITIDA Ajustado(b)	(53.269)
Margem EBTIDA Ajustado (b)	-

(a) Instrução CVM nº 527/12

(b) Desconsidera os impactos do IFRS em relação à receita de construção

O EBTIDA da Companhia foi fortemente influenciado pelos gastos com a operação da rodovia, que inclui os serviços prestados pela VIA 040, além dos impactos significativos advindos do resultado financeiro apurado no exercício de 2014.

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2014
Resultado Financeiro	16.890
Receitas Financeiras	17.386
Juros sobre aplicações financeiras	17.384
Descontos obtidos	2
Despesas Financeiras	(496)
Juros sobre despesas financeiras	(343)
Comissões e Despesas Bancárias	(58)
Outros	(95)
Resultado Financeiro Capitalizado (a)	(1.966)
Receitas Financeiras Capitalizadas	6.078
Despesas Financeiras Capitalizadas	(8.044)
Resultado Financeiro Ajustado (a)	14.924

(a) Desconsidera a capitalização dos juros e receitas específicas do empréstimo PONTE BNDES, adicionadas ao custo do Intangível.

O resultado financeiro da Companhia foi positivo em 2014 dado o alto volume de capital recebido de seu acionista Invepar (R\$315 milhões) e também do volume de financiamentos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (R\$512 milhões), que foram aplicados em investimento na infraestrutura rodoviária, conforme definido no Contrato de Concessão, firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Até 31 de dezembro de 2014, a VIA 040 havia dispendido R\$521,3 milhões em investimentos na rodovia e unidades operacionais e administrativas.

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil)	2014
Dívida Líquida	(252.725)
Disponibilidades	277.839
Caixa e Equivalentes de Caixa	611
Aplicações Financeiras	277.228
Dívida Bruta	530.564
Curto Prazo	1.290
Empréstimos e Financiamentos	1.039
Encargos Financeiros Incorridos	251
Longo Prazo	529.274
Empréstimos e Financiamentos	522.987
Encargos Financeiros Incorridos	6.287
Dívida Líquida Ajustada	(260.769)

Dívida líquida ajustada = Não considera o efeito contábil da apropriação dos encargos financeiros.

A VIA 040 encerrou o exercício de 2014 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras, no total de R\$277,8 milhões, advindo principalmente dos aportes de Capital Social por seu acionista e também das captações junto ao BNDES. O saldo apurado está sendo consumido nos investimentos, na operação e administração da Companhia, até que a arrecadação por pedágio tenha início.

A dívida bruta da Companhia atingiu o montante de R\$530,5 milhões, advinda principalmente das Captações junto ao BNDES, que serão integralmente liquidadas, em prestação única, no valor principal vencendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de março de 2016 e também pelo financiamento de parte da frota veicular da Companhia, esta por intermédio da Agência Especial de Financiamento Industrial (“FINAME”).

6. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A VIA 040 aderiu em 2014 à Rede Brasileira do Pacto Global, que atua em parceria com o Programa das Nações Unidas para promover o desenvolvimento sustentável dentro das organizações. Com isso, a Concessionária se propõe a apoiar e difundir os dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. São eles:

1. Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência;
2. Assegurar a não participação da empresa em violações dos direitos humanos;
3. Apoiar a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva;
4. Eliminar todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5. Erradicar efetivamente todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva;

6. Estimular práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego;
7. Assumir uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais;
8. Desenvolver iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental;
9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis;
10. Combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Desde a assinatura do contrato com a ANTT, a Concessionária vem concretizando parcerias importantes. Uma delas foi firmada com o Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, que permitirá que a VIA 040 integre sua gestão e estratégia focando no desenvolvimento social, econômico e ambientalmente responsável.

Outra adesão da VIA 040 foi à Associação Childhood do Brasil, mais precisamente ao “Programa na Mão Certa”, que tem como compromisso engajar nas práticas de responsabilidade social da empresa ações contrárias à exploração sexual de crianças e adolescentes na rodovia. Esta parceria insere a VIA 040 em uma iniciativa de cunho social, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento local dos municípios interceptados pelo empreendimento, além de engajar a empresa a requisitos como GRI e acordos globais, ISO 8000 e ISO 26000.

Em 2014, foi realizado, entre os dias 3 e 11 de novembro, uma iniciativa voltada para a promoção de hábitos saudáveis e prevenção de doenças junto aos usuários da rodovia, principalmente caminhoneiros. A estrutura de atendimento foi montada em um ônibus especialmente adaptado que funcionou como base móvel. A bordo do veículo, uma equipe multidisciplinar com dois enfermeiros, um fisioterapeuta e outros profissionais de apoio passou por Luziânia, em Goiás, Três Marias, Ressaquinha e Nova Lima, todos em Minas Gerais.

7. RECURSOS HUMANOS

Desenvolver, manter e atrair talentos humanos é o nosso objetivo. Para isso, a companhia prioriza a contratação de mão-de-obra da região onde está inserida, seja ela própria ou de empresas parceiras, investe em treinamentos, capacitação e desenvolvimento dos seus colaboradores. Realizamos em 2014, 69.212 horas de treinamento com colaboradores próprios e investimos R\$2,5 milhões em treinamentos e programas de RH.

Em 31 de dezembro 2014, a companhia contava com 477 colaboradores próprios e 3.455 indiretos. Valorizar o trabalho em equipe e reconhecer internamente seus talentos são premissas da VIA 040 na superação de seus desafios.

8. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Em 2014, a VIA 040 envidou esforços contínuos no desenvolvimento de processos internos para a obtenção de licença ISO, conforme previsto em seu Contrato de Concessão e em nossos processos de governança corporativa. Estimamos que este projeto estará implantado na Companhia em prazo suficiente para atender ao requisito contratual.

A Companhia também estruturou projeto de Desenvolvimento Tecnológico e aguarda a anuência da ANTT para o início dos investimentos, demonstrando assim seu compromisso com a melhora contínua do sistema rodoviário nacional, uma vez que estes projetos serão transferidos a ANTT.

9. AUDITORIA INDEPENDENTE

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu. A Contratação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras teve início em 03 de outubro de 2014, com término previsto para 31 de março de 2015. O valor global do contrato firmado foi de R\$60 mil.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária BR-040 S.A estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Nossos auditores não nos prestaram qualquer outro serviço além da auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

10. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da VIA 040 declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de opinião dos auditores externos da Deloitte Touche Tohmatsu e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

11. AGRADECIMENTOS

A administração da Concessionária BR-040 S.A. agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela dedicação e resultados alcançados.

Nova Lima, 13 de abril de 2015
A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária BR 040 S.A. - Via 040
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária BR 040 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período compreendido entre 31 de janeiro de 2014 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária BR 040 S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 31 de janeiro de 2014 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2014 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	3	611
Aplicações financeiras	4	277.228
Estoques		1.182
Impostos a recuperar	5 b	5.499
Adiantamentos diversos		511
Despesas antecipadas		1.328
Total do ativo circulante		<u>286.359</u>
NÃO CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5 a	11.025
Imobilizado	7	8.342
Intangível	8	553.345
Total do ativo não circulante		<u>572.712</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>859.071</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
CIRCULANTE		
Fornecedores	9	35.066
Empréstimos e financiamentos	11	1.290
Salários e encargos sociais a recolher	10	4.805
Impostos e contribuições a recolher	5 c	2.936
Partes relacionadas	6	873
Total do passivo circulante		<u>44.970</u>
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	11	520.605
Total do passivo não circulante		<u>520.605</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	12	315.000
Prejuízos acumulados		(21.504)
Total do patrimônio líquido		<u>293.496</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>859.071</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE JANEIRO DE 2014
(DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto valores por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>
RECEITA LÍQUIDA		
Receita de construção		<u>512.431</u>
Receita operacional líquida		<u>512.431</u>
Custos de construção	14	<u>(507.357)</u>
LUCRO BRUTO		<u>5.074</u>
Despesas gerais e administrativas	14	<u>(25.642)</u>
Outras despesas operacionais		<u>(28.851)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(49.419)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas financeiras	13	17.386
Despesas financeiras	13	<u>(496)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(32.529)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5 a	<u>11.025</u>
Prejuízo do exercício		<u>(21.504)</u>
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) - R\$	18	<u>(0,0688)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE JANEIRO DE 2014
(DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto valores por ação)

	<u>31/12/2014</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(21.504)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>(21.504)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE JANEIRO DE 2014
(DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar		
Ato constitutivo em 31 de janeiro de 2014	395.000	(395.000)	-	-
Integralização de capital em 21 de fevereiro de 2014	-	39.500	-	39.500
Integralização de capital em 24 de fevereiro de 2014	-	275.500	-	275.500
Prejuízo do exercício	-	-	(21.504)	(21.504)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>395.000</u>	<u>(80.000)</u>	<u>(21.504)</u>	<u>293.496</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE JANEIRO DE 2014
(DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		(32.529)
Margem bruta de construção		(5.074)
Depreciação e amortização	7 e 8	1.224
Juros sobre aplicação financeira	13	(11.306)
Variações monetárias, cambiais e encargos	13	(10.175)
		<u>(57.860)</u>
(Aumento) redução em ativos operacionais:		
Estoques		(1.182)
Impostos a recuperar	5.b	(5.499)
Adiantamentos		(511)
Despesas antecipadas		(1.328)
		<u>(8.520)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	9	12.518
Impostos e contribuições a recolher	5.c	2.936
Salários e encargos sociais a recolher	10	4.805
Partes relacionadas	6	873
		<u>21.132</u>
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		<u>(45.248)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação financeira		(259.844)
Aquisição de imobilizado	7	(7.895)
Aquisição de intangível	8	(513.402)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(781.141)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital social	12	315.000
Captação de empréstimos e financiamentos	11	512.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>827.000</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>611</u></u>
Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa		-
Saldo final caixa e equivalentes de caixa		<u>611</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>611</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas		
Receita de construção		<u>520.475</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de construção		(513.435)
Materiais, serviço de terceiros e outros		<u>(31.956)</u>
		<u>(545.391)</u>
Valor adicionado bruto		<u>(24.916)</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	7 e 8	<u>(1.224)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		(26.140)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras		<u>23.464</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>(2.676)</u></u>
Distribuição do valor adicionado		<u><u>(2.676)</u></u>
Pessoal e encargos		<u>14.859</u>
Remuneração direta		10.383
Benefícios		3.967
FGTS		499
Outros		10
Impostos, taxas e contribuições		<u>(8.945)</u>
Federais		(8.945)
Remuneração capital de terceiros		<u>12.914</u>
Juros		8.387
Aluguéis		4.375
Outras		152
Remuneração de capital próprio		<u>(21.504)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(21.504)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE JANEIRO DE 2014 (DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária BR-040 S.A. (“Via 040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, localizada a Rua Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da Via 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 (trinta) anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da Via 040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A Via 040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Como obrigação contratual a Companhia precisa cumprir todas as exigências previstas no Programa de Exploração de Rodovia (“PER”) para o início da arrecadação de pedágio.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 13 de abril de 2015 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.8. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado a medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão .

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deteriorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas operacionais	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.14. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.18. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.19. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.20. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos pronunciamentos contábeis

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:
- IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.
 - IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.
 - IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01) - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.
- b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigentes:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014:

- Alteração no IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.
- Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* - aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.

- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de “*bearer plants*” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras, no entanto não são esperados impactos.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

31/12/2014

Caixa e bancos conta movimento	<u>611</u>
	<u>611</u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2014</u>
Certificado de depósito bancário - CDB (a)	94% a 101,50%	jul-17	226.748
Fundo de Investimento CAIXA Mover (b)	100,69%	nov-26	
Letras financeiras do tesouro			1.980
Certificado de depósito bancário - CDB			7.056
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional			472
Debênture			<u>40.972</u>
			<u>50.480</u>
Aplicações financeiras			<u>277.228</u>

(a) As aplicações em CDB's são remunerados pela taxa média entre 94% a 101,50% do CDI e os mesmos possuem liquidez diária podendo os valores serem resgatados a qualquer momento sem alteração significativa de valor.

(b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fazem parte deste fundo, a INVEPAR, o METROBARRA, o METRÔRIO, a VIA 040 e a LAMSA.

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

(a) Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	9.144
Diferenças temporárias	<u>1.881</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>11.025</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(32.529)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>11.060</u>
Adições permanentes	<u>(35)</u>
Total dos impostos no resultado	<u>11.025</u>
IR e CSLL diferidos	11.025

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/12/2014</u>
2016	3.029
2021 em diante	<u>7.996</u>
	<u>11.025</u>
b) <u>Impostos a recuperar</u>	
	<u>31/12/2014</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	4.004
Antecipação do imposto de renda	1.089
Antecipação da contribuição social	396
Outros	<u>10</u>
	<u>5.499</u>
c) <u>Impostos e contribuições a recolher</u>	
	<u>31/12/2014</u>
Imposto sobre serviço	1.057
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	1.148
INSS sobre terceiros	<u>731</u>
	<u>2.936</u>

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	Relação com a Companhia	Passivo circulante	31/12/2014	
				(Despesas)	(Custo de construção)
INVEPAR	Serviços compartilhados(*)	Controladora	65	(3.676)	-
LAMSA	Serviços compartilhados(*)	Ligada	90	(132)	-
METRORIO	Serviços compartilhados(*)	Ligada	718	(718)	-
OAS	Contrato de empreitada	Participante indireto	6.283	-	298.346

(*) Serviços compartilhados: os serviços compartilhados estão relacionados à cessão de mão de obra, custos de viagens, deslocamentos entre as empresas e rateio de serviços prestados à todas as Companhia do Grupo pela INVEPAR.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Via 040 pagou à OAS o montante de R\$396.045 pela prestação de serviços de construção.

Remuneração da administração

Em 30 de abril de 2014 foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$3.753.

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros da Administração, está composta por honorários, encargos, bônus e benefícios, no montante de R\$2.636 em 31 de dezembro de 2014.

	31/12/2014
Pró-labore	1.655
Encargos	398
Bônus	337
Outros benefícios	246
	<u>2.636</u>

7. IMOBILIZADO

<u>Custo</u>	Taxas anuais de			
	<u>depreciação %</u>	<u>31/01/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2014</u>
Instalações	10	-	62	62
Máquinas e equipamentos	10	-	1.719	1.719
Móveis e utensílios	10	-	136	136
Veículos	20	-	2.928	2.928
Equipamentos de informática	20	-	3.606	3.606
Adiantamento a fornecedores	-	-	100	100
Imobilizado em andamento	-	-	<u>66</u>	<u>66</u>
			<u>8.617</u>	<u>8.617</u>
<u>Depreciação</u>				
Instalações		-	(1)	(1)
Máquinas e equipamentos		-	(8)	(8)
Móveis e utensílios		-	(2)	(2)
Veículos		-	(215)	(215)
Equipamentos de informática		-	<u>(49)</u>	<u>(49)</u>
			<u>(275)</u>	<u>(275)</u>
Imobilizado líquido		-	<u>8.342</u>	<u>8.342</u>

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2014 não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

<u>Custo</u>	Prazo de <u>vida útil</u>			
		<u>31/01/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2014</u>
Software	5 anos	-	2.913	2.913
Direitos da concessão	30 anos		23.539	23.539
Adiantamento de fornecedores			2.883	2.883
Intangível em construção		-	<u>524.959</u>	<u>524.959</u>
			554.294	554.294
<u>Amortização</u>				
Software		-	(15)	(15)
Direitos da concessão		-	<u>(934)</u>	<u>(934)</u>
			<u>(949)</u>	<u>(949)</u>
Intangível líquido		-	<u>553.345</u>	<u>553.345</u>

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2014 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores nacionais terceiros	31.358
Retenções contratuais	2.841
Verba de fiscalização (ANTT)	<u>867</u>
	<u>35.066</u>

A Via 040 possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviário, conforme definido em seu contrato de concessão e também relacionados a estruturação da Companhia.

10. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<u>31/12/2014</u>
Provisão de férias	1.028
Gratificações	2.601
Encargos	787
Outras obrigações trabalhistas	<u>389</u>
	<u>4.805</u>

11. FINANCIAMENTO

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo devedor</u>
BNDES	TJLP + 2%	mar/16	512.000	6.287	518.287
FINAME - BB	6%	ago/24 a out/24	12.026	251	12.277
Custo de captação					<u>(8.669)</u>
Total					<u>521.895</u>
Circulante					1.290
Não circulante					520.605

Descrição	Juros				31/12/2014
	31/01/2014	Captações	incorridos	Outros	
Passivo Circulante					
FINAME - BB	-	1.039	251	-	1.290
Passivo Não Circulante					
BNDES	-	512.000	6.287	-	518.287
FINAME - BB	-	10.987	-	-	10.987
Custos a Amortizar	-	-	-	(8.669)	(8.669)
	-	522.987	6.287	(8.669)	520.605
Total de empréstimos e financiamentos	-	524.026	6.538	(8.669)	521.895

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

O principal e o juros da dívida devem ser pago ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de março de 2016.

Em 22 de setembro de 2014, foi liberado o montante de R\$322.000 e em 26 de dezembro de 2014 o montante de R\$190.000, ambos referente ao subcrédito “A”.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência para com o BNDES, indicadores profissionais ou societários. Em 31 de dezembro de 2014 todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME integrante do Sistema BNDES. Após o período de carência de 6 meses serão pagas em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofrerá incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização. Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários. Em 31 de dezembro de 2014 todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue descritivo abaixo com mais informações:

Modalidade	Número do contrato	Data de liberação	Valor do contrato/ Valor liberado	Vencimento
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/24
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/24
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/24
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/24
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/24
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/24
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/24
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/24
FINAME	40/00983-1	15/12/14	3.635	15/08/24
			12.026	

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	<u>Número de ações</u>	<u>% Participação</u>	<u>Ações ordinárias</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	<u>315.000.000</u>	<u>100</u>	<u>315.000.000</u>

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela INVEPAR a subscrição de 395.000.000 (trezentos e noventa e cinco milhões) de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal a Companhia.

Em 21 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$39.500.

Em 24 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$275.500.

Dessa forma, o capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$395.000, sendo R\$315.000 integralizados e R\$80.000 a integralizar pela INVEPAR nos termos previstos pelo Boletim de Subscrição.

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

13. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2014</u>
Descontos obtidos	2
Juros sobre aplicações financeiras	<u>17.384</u>
Total receitas financeiras	<u>17.386</u>
Comissões e despesas bancárias	(58)
Juros sobre empréstimos	(251)
Juros passivos	(92)
Outros	<u>(95)</u>
Total despesas financeiras	<u>(496)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>16.890</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia incorreu em R\$8.044 de despesas de juros do empréstimo com o BNDES, sendo R\$6.078 compensados com a Receita Financeira oriunda do mesmo. O montante de R\$1.966 foi capitalizado no intangível.

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2014</u>
Pessoal e encargos	(16.936)
Conservação e manutenção	(932)
Seguros e garantias	(2.693)
Serviços de terceiros	(711)
Veículos	(1.867)
Consultoria e assessoria	(5.676)
Aluguéis e impostos	(11.814)
Depreciação e amortização	(1.224)
Custo de construção	(507.357)
Outros	<u>(12.640)</u>
	<u>561.850</u>
Despesas gerais e administrativas	(25.642)
Outras receitas e despesas	(28.851)
Custo de construção	<u>(507.357)</u>
	<u>561.850</u>

15. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia ao poder concedente (a)	425.000	20/03/14 a 20/03/15	Banco Fator 100%
Responsabilidade civil geral (b)	30.000	19/03/14 a 19/03/15	Tóquio Marine
Riscos operacionais	67.000	19/03/14 a 19/03/15	Tóquio Marine
Riscos de engenharia e responsabilidade civil obras (c)	11.400	19/03/14 a 19/03/15	Tóquio Marine
Riscos operacionais	538.500	20/08/14 a 20/08/15	MAPFRE
Veículos	450.000	18/09/14 a 18/09/15	LIBERTY

- (a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no PER.
- (b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.
- (c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da Concessão.

16. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A VIA 040 deverá manter, em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

Ressarcimento de estudos ambientais	12.997
Desapropriações	31.699
Verba de fiscalização	10.410
Verba de segurança no trânsito	1.334
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da Concessionária BR 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da Concessionária BR 040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

1. Recuperação e manutenção

- Pavimento
- Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança
- Obras de arte especiais
- Sistema de Drenagem e Obras de Arte Correntes (OACs)
- Terraplenos e estruturas de contenção
- Canteiro Central e Faixa de Domínio
- Implantação e Recuperação das Edificações e instalações operacionais
- Sistemas Elétricos e de Iluminação

2. Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço
 - Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias
 - Obras em Trechos Urbanos
 - Obras de Manutenção de Nível de Serviço
 - Obras Emergenciais
3. Conservação
 - Pavimento
 - Elementos de Proteção e Segurança
 - Obras de Arte Especiais
 - Sistema de Drenagem e Obras de Arte Correntes
 - Terraplenos e estruturas de contenção
 - Canteiro Central e Faixa de Domínio
 - Edificações e instalações operacionais
 - Sistemas Elétricos e de Iluminação
4. Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços
 - Centro de Controle Operacional
 - Equipamentos e Veículos da Administração
 - Sistemas de Controle de Tráfego
 - Sistemas de Atendimento ao Usuário
 - Sistemas de Pedágio e controle de arrecadação
 - Sistema de Comunicação
 - Sistema de Pesagem
 - Sistema de Guarda e Vigilância Patrimonial
 - Reforma dos postos da PRF

O PER prevê um prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato de concessão, para que estes investimentos sejam finalizados.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI, TJLP, IPCA e SELIC.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis-chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis-chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI	12,14%	9,11%	6,07%
SELIC	12,31%	9,23%	6,16%
IPCA	6,8%	5,10%	3,40%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	226.748	27.527	20.656	13.764
Fundo mover:					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	7.056	857	642	428
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	1.098	135	101	68
Títulos públicos federais - NTN	IPCA	472	32	24	16
Debêntures	DI	40.972	4.974	3.733	2.487
Passivos financeiros					
Empréstimo	TJLP	518.287	31.097	38.872	46.646

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício de 2014.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014.

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2014.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2014</u>
	<u>Ordinárias</u>
Numerador básico e diluído	
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(21.504)
Denominador básico e diluído	
Média ponderada de ações	<u>312.359</u>
Resultado por ação básico e diluído de números de ações	<u>(0,0688)</u>

Em 31 de janeiro de 2014, foi realizada a integralização de 39.500.000 ações ordinárias e 275.500.000 em 24 de fevereiro de 2014, totalizando 315.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2014. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

19. OUTROS ASSUNTOS

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia avaliou os impactos desta lei e definiu que a adoção será manifestada, através da DCTF referente a dezembro de 2014 (IN 1.499/14), da seguinte forma: (i) não haverá adoção antecipada referente as regras dos art. 1º, 2º e 4º a 70 e as regras dos art. 76 a 92. A Administração não espera impactos significativos no próximo exercício.

20. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia possui no exercício as transações não caixa conforme segue abaixo:

	<u>31/12/2014</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	22.548
Finame (*)	12.026
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	<u>1.966</u>
Saldo final	<u>36.540</u>

(*) Consiste em operações de crédito destinadas a aquisição de ativos que não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes.

21. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 6 de março de 2015 foi integralizado o restante do Capital Social da Via 040 pelo acionista INVEPAR, no valor de R\$80.000, nos termos do boletim de subscrição firmado em 31 de janeiro de 2014. Desta forma o Capital Social da Companhia, a partir desta data, está totalmente integralizado não havendo mais saldo a integralizar.

ADMINISTRAÇÃO

Túlio Toledo Abi Saber
Diretor-Presidente

Clarice Correa Peixoto Alves
Diretora Administrativa e Financeira

Responsável Técnico

Leandro Ferreira
Contador - CRC RJ-105435/O-5